

METAMORFOSES DA CULTURA

Organização: Urbano Sidoncha e Catarina Moura

Prefácio: Miguel Real

Revisão: João Ferreira

Colecção: Outras Obras

© Nova Vega e Autores, 1.ª edição em 2017

Direitos reservados em língua portuguesa por:

Nova Vega, Lda.

Apartado 4352 — 1503-003 Lisboa

info@novavega.pt

www.novavega.pt

Sem autorização expressa do editor não é permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que tal reprodução não decorra das finalidades específicas da divulgação e da crítica.

Editor: Assírio Bacelar

Capa: Nova Vega

Imagem da capa: «Carnaval nas Montanhas» (1924), de Paul Klee

Paginação: Eduardo Antunes

ISBN: 978-989-750-071-8

Depósito legal n.º 433925/17

Impressão e acabamento: Europress, Lda.

**A CULTURA NA ERA
DA MOBILIZAÇÃO DO HUMANO
PELA TECNOLOGIA – DA UNIVERSIDADE
DAS IDEIAS À UNIVERSIDADE
DOS NÚMEROS**

Moisés de Lemos Martins⁷⁴

⁷⁴Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho. moisesm@ics.uminho.pt; moiseslmartins@gmail.com



1. O ponto de vista

É meu propósito argumentar a ideia de que a revolução tecnológica do século XIX e XX deslocou a cultura no Ocidente, de um regime centrado na palavra para um regime centrado no número (Martins, 1998 b; 2011 a).

Devemos a Heródoto a distinção entre a geometria, como arte dos números inventada pelos egípcios, e a retórica, como arte da palavra inventada pelos gregos. A geometria constituiu-se como *pharmakon* contra as crises naturais e a retórica como *pharmakon* contra as crises culturais⁷⁵.

Enquanto regime retórico e argumentativo, a arte da palavra é baseada em raciocínios de verdade provável e não provada, de verdade verossímil e não evidente, sendo a sua lei a persuasão. Obedecendo a um princípio teleológico, o regime da palavra permitiu-nos caminhar para um fim. E ao constituir-se como promessa de futuro, o *logos* retórico pôde ser progresso, programa, prospetiva, prognóstico, proposição e propósito.

A Universidade constituiu-se entre os séculos XI e XIII, no interior deste regime, o regime da palavra, que declina um *logos* argumentativo⁷⁶.

⁷⁵Sobre a polissemia de *pharmakon*, remédio, veneno, droga e filtro, escreveu Jacques Derrida, em *La Dissémination* (1972), "La pharmacie de Platon" (p. 69-195), numa leitura do Fedro. No entanto, o *pharmakon* de que trata Derrida é apenas a palavra escrita (Derrida, *Ibid.*, p. 85), o "discurso fixado pela escrita", como diriam Barthes (1976) e Ricoeur (1970): "a textura do texto, a leitura e a escrita, o domínio e o jogo, também os paradoxos da suplementaridade e as relações gráficas do que diz respeito à vida e à morte: no textual, o têxtil e o histológico" (Derrida, *Ibid.*, p. 73).

⁷⁶As Universidades de Bolonha e de Oxford são do século XI (Bolonha data de 1088 e Oxford de 1096). Por sua vez, a Universidade de Paris foi fundada no século XII (1170). Do século XIII são as Universidades de Cambridge, Salamanca, Montpellier, Pádua, Nápoles, Toulouse, Siena, Valladolid, Múrcia, Coimbra e Alcalá de Henares.

Em contrapartida, a revolução tecnológica que emerge da revolução industrial do século XIX e que foi exaltada pelo futurismo e pelo modernismo, impôs-nos uma civilização dos números. É esta civilização que se toma, hoje, como remédio, não apenas das crises naturais, mas também das crises culturais. Acelerando a época, a revolução tecnológica não visa o futuro, centra-se antes no presente. E convertendo em mercadoria todas as coisas, bens, corpos e almas, mobiliza-as para o mercado.

Tendo uma natureza retórica, o regime da palavra procede por conceitos e raciocínios, por pensamentos, e também por valores. O regime da palavra fundou uma idade literária, que impôs a função autor, onde a criatividade foi ideia, ensaio, estilo, e a ideia de desenvolvimento, assim como a ideia de crescimento, tiveram, sobretudo, uma dimensão humana. Neste regime, a escola foi a instituição-chave e o professor foi o principal ator social. Mobilizando-nos para o futuro, o regime da palavra inscreveu-nos, de igual modo, numa história da salvação. Habitado por uma síntese redentora, o seu imaginário foi dramático. Por sua vez, a viagem humana foi compreendida como uma passagem.

Em contrapartida, o regime do número apoia-se na medida. Tem uma natureza tecnológica e faz da tecnociência o seu *habitat*. Funda-se no método experimental e na evidência, e também no valor de mercado, económico-financeiro. Instaurando uma idade tecnológica, a criatividade é tomada como expressividade, mobilizada por máquinas eletrónicas. O desenvolvimento e o crescimento são sobretudo económicos. A empresa é a instituição-chave e o gestor é o principal ator. Mobilizando-nos para o presente, o regime tecnológico inscreve-nos numa crise permanente. E não tendo nenhuma síntese redentora a animá-lo, o imaginário deste tempo é trágico e a viagem humana não passa de uma interminável travessia (Martins, 2002 b; 2002 e; 2007; 2009; 2011 a; 2011 b; Martins & Correia, 2014).

Fazendo uma viagem de mais de oito séculos, a Universidade é chamada, também, a fazer esta travessia, da palavra para o número.

2. O logos como remédio para as crises culturais

Conta-se que Heródoto, um historiador e geógrafo grego da antiguidade clássica, do século V antes de Cristo, estabeleceu uma di-

ferença radical entre as crises culturais e as crises naturais. As crises culturais teriam a palavra como *pharmakon*. Já as crises naturais teriam nos números o seu *pharmakon*. E acrescentou Heródoto que foram os gregos quem inventou o remédio para as crises culturais e os egípcios quem descobriu o remédio para as crises naturais (*apud* Plantin, 1996, p. 4-5; e Martins, 2002 a, p. 84-89).

Obrigados a reparar os prejuízos causados pelas cheias do Nilo, os egípcios criaram a geometria, a ciência dos números, que permitia a construção de diques e impedia as cheias. Em contrapartida, para resolver as crises culturais, os gregos criaram a retórica, ou seja, a arte da palavra, a argumentação.

No século V antes de Cristo, a Sicília foi governada por dois tiranos, que confiscaram as terras aos seus legítimos proprietários e as distribuíram pelos soldados que os haviam ajudado a tomar o poder. Quando em 467 AC, a tirania foi derrubada, os proprietários espoliados reclamaram a reposição da legalidade, pelo que foram então instaurados intrincados e infundáveis processos judiciais.

Teria sido nestas circunstâncias, para falar diante do tribunal e defender a justiça, que Córax e Tísias compuseram o primeiro tratado de argumentação⁷⁷.

Podemos retirar desta história a seguinte conclusão: aquilo em que radicava a crise cultural só podia residir na palavra (más leis, por exemplo), pelo que apenas pela palavra podia ser desfeito (novas e boas leis, seria o caso).

Foi assim na antiguidade: de um lado, a ciência dos números, como remédio para as crises naturais; do outro, a arte da palavra, como remédio para as crises culturais. Esta mundividência fez o Ocidente, fundando-o no *logos*, uma palavra que é também razão, sentido, direção (Martins, 2002 a). Deste modo, na assembleia, no tribunal e na *ágora* (espaço público), que são não apenas os espaços essenciais de construção da *polis*, mas também os espaços de resolução das suas crises (crises culturais, dizemos, ou então, crises de valores), o *logos* argumentativo pôde presidir, ao longo dos séculos, de um modo soberano. Quer isto dizer que a construção do espaço público e da opinião pública, numa palavra, os lugares da cidade-

⁷⁷ A respeito da fundação da retórica, Roland Barthes assinala em "L' ancienne rhétorique", que a retórica está ligada a «um processo de propriedade» (Barthes, 1970, p. 173). Quer isto dizer que começamos no Ocidente a refletir sobre a linguagem para defender o que é nosso, ou seja, «para defender o nosso quinhão» (*Ibid.*, p. 176).

nia e da democracia, enfim os lugares de construção da comunidade humana, foram sempre, através dos séculos, uma conquista do *logos* argumentativo (Martins, 1993 b; 2003; 2005 a; 2008).

Para falarmos como Aristóteles (1998), na *Retórica*, o *logos* controlando o *pathos* (a emoção) e ordenando o *ethos* (o caráter de quem age), é “fazedor de persuasão”. Este efeito do *logos* é conseguido através de um dispositivo estratégico, que funciona no discurso e o organiza. Refiro-me aos raciocínios de verdade provável, e não provada; de verdade plausível, e não certa; de verdade verosímil, e não evidente. A esses raciocínios chamou Aristóteles ‘entimemas’. Mas podemos chamá-los, sem mais, raciocínios retóricos ou dialéticos, raciocínios que produzem persuasão⁷⁸.

3. A translação da palavra para o número

O *logos* foi, pois, no Ocidente, o remédio para as crises culturais. Como instância soberana de decisão, o *logos* deu-lhe um fundamento seguro, um território conhecido e uma identidade estável.

Entretanto, articulado com o princípio, também helénico, da teleologia, o *logos* deu ao Ocidente ideias de futuro, permitindo-lhe caminhar para um fim. Deste modo, com a ideia de projeto, o Ocidente lançou um propósito para diante. Com a ideia de prospectiva, construiu um olhar para diante. Com a ideia de progresso, estabeleceu um movimento para diante. Com a ideia de prognóstico, afirmou um conhecimento para diante. Com o propósito, o Ocidente manifestou uma intenção para diante. Com o programa, fixou o que deveria vir adiante. E com a ideia de promessa, o Ocidente garantiu o que está para diante.

Ordenado pelo *logos* e na base do princípio teleológico, o Ocidente pôde viver, então, um sonho democrático e uma promessa de comunidade, sendo que na promessa, como o assinalou Jorge Luís Borges, ‘alguma coisa há de imortal’ (Borges, 1969, *The unending gift*).

Mas o regime do *logos*, uma palavra que é também razão, desmo-

⁷⁸ Sobre “a racionalidade da linguagem humana”, consultar Martins (2002 a, pp. 77-102). Ver também “a análise retórico-argumentativa do discurso” (Martins, 1998 a). Sobre o modo argumentativo da razão, consultar “a insustentável leveza da retórica pós-moderna” (Martins, 2002 a: 145-179). Ver, também, “a epistemologia do saber cotidiano” (Martins, 1993).

ronou-se, passados vinte e cinco séculos. Com efeito, a revolução dos números, que é a “revolução das máquinas” informáticas e eletrônicas, não tem parado de se sobrepor à civilização da palavra⁷⁹. Acabou, pois, o regime que colocava a palavra de um lado e os números do outro. O que agora conta, aquilo que constitui a promessa, são apenas os números. Mesmo nas crises culturais, são os números que são convocados, não as palavras.

Nestas circunstâncias, as palavras da promessa, centradas no futuro, foram substituídas pelos números da promessa, voltados para o presente e que são sobretudo números da crise, números que nos assombram e que apenas refletem um mal-estar. Em Portugal, os números que nos assombram são os do Produto Interno Bruto (PIB) que não há maneira de crescer, ou que têm crescimento residual, depois de terem sido negativos durante vários anos. São, também, os da Balança Comercial, com desequilíbrios crônicos entre as exportações e as importações. Ou então, são os números do déficit, que nunca atingem as metas. São, ainda, os números do desemprego, que não param de nos assustar. E são os do envelhecimento progressivo da população, com a quebra drástica dos índices demográficos, assim como os números das desigualdades sociais, que alastram...

Trata-se de números virados para o presente e que no Ocidente assinalam a crise. O professor, o padre, o homem de leis, o homem de letras, o ensaísta, o político, já não organizam a vida no Ocidente, porque a crise se impôs no presente de modo permanente, e em termos a não se vislumbrar qualquer horizonte de redenção. Para a promessa, temos agora a economia, a gestão, a engenharia e a tecnociência.

⁷⁹ É Ernst Jünger (1990, p. 108) quem caracteriza o século XX como a “era das massas e das máquinas”, uma era de “mobilização total”. Tanto as massas como as máquinas são, para Jünger, os verdadeiros protagonistas da história. As massas, ou seja, o movimento operário, a Revolução Russa de 1917, a Grande Marcha de Mao Zedong, em 1934/35 (cerca de 100 000 homens: 30 000 soldados e 70 000 camponeses)... Mas também são massas aquelas de que fala Álvaro de Campos, em 1914, na *Ode Triunfal*, aquelas que se atropelam no afã de atingir as “fazendas nas montras”, os “manequins”, os “últimos figurinos”, no afã de deitar mão aos “artigos inúteis que toda a gente quer comprar” (Pessoa, 1986, p. 881). Por entre as “multidões quotidianas nem alegres nem tristes das ruas”, refere ainda Álvaro de Campos, é de massas que se trata na raiva, «que como uma febre e um cio e uma fome Me põe a magro o rosto e me agita as mãos Em crispações absurdas em pleno meio das turbas Nas ruas cheias de encontrões» (*Ibidem.*, p. 883). E, por outro lado, a nossa era é a das máquinas, ainda num momento precoce da sua eclosão, mas a suscitarem o maior entusiasmo e a ponderação do seu surpreendente alcance, por exemplo, no *Manifesto Futurista*, de Marinetti, publicado em 1909, no diário francês *Le Figaro*. Consultar, também, sobre a revolução das máquinas, já na perspectiva de uma revolução ótica, Martins & Correia (Org.) (2014), *Do Post ao Postal*.

A identificação do homem com a máquina, a exaltação da velocidade, do dinamismo e da força, assim como uma inabalável crença no progresso científico-tecnológico e numa concepção estética, que não hesita em tomar o automóvel como a atual figuração do belo, tem o seu ponto de eclosão na proclamação do *Manifesto Futurista*, por Filippo Tommaso Marinetti, no arranque do século XX, em 1909:

(1) *Nós queremos cantar o amor ao perigo, o hábito da energia e da intrepidez. (...)*

(3) *A literatura exaltou até hoje uma imobilidade pesarosa, o êxtase, o sono. Nós pretendemos exaltar a ação agressiva, a insônia febril, o passo de corrida, o salto mortal, o bofetão e o soco.*

(4) *Nós afirmamos que a magnificência do mundo se enriqueceu com um novo assombro: a beleza da velocidade. Um automóvel de corrida cujo motor é embelezado com tubos grossos, semelhantes a serpentes de hálito explosivo... um automóvel rugidor, que parece correr sobre a metralha, é mais bonito que a Vitória de Samotrácia. (...)*

(7) *Já não há beleza, a não ser na luta. Nenhuma obra que não tenha um caráter agressivo pode ser uma obra-prima. A poesia deve ser concebida como um violento assalto contra as forças desconhecidas, para as obrigar a prostrarem-se diante do homem.*

(8) *Estamos no pináculo extremo dos séculos!... Por que haveríamos de olhar para trás, se queremos arrombar as misteriosas portas do Impossível? O Tempo e o Espaço morreram ontem. Nós já estamos vivendo no absoluto, pois já criamos a eterna velocidade omnipresente. (...)*

(10) *Nós queremos destruir os museus, as bibliotecas, as academias de toda a espécie (...).*

É da Itália, que lançamos pelo mundo este manifesto de violência arrebatadora e incendiária, com o qual fundamos hoje o «futurismo», porque queremos libertar este país de sua fétida gangrena de professores, arqueólogos, cicerones e antiquários. Já é tempo de a Itália deixar de ser um mercado de ferro-velho. Nós queremos libertá-la dos inúmeros museus que a cobrem toda de inúmeros cemitérios⁸⁰.

Aqui está, premonitoriamente enunciada, a mobilização tecnológica da nossa época e as suas consequências para o modo de enca-

⁸⁰F. T. Marinetti, (1973). *Manifesti Futuristi*. In Luciano De Maria (Ed.). *Tommaso Marinetti e il Futurismo*. (Ed. original: *Le Figaro*, 20 de fevereiro de 1909).

rarmos a cultura: a velocidade omnipresente; a mobilização tecnológica da época; o automóvel de corrida como paradigma da nova beleza do mundo; a destruição dos museus, das bibliotecas e das academias; o rompimento com o passado: professores, arqueólogos, cicerones, antiquários; o fim da era literária; a realização do absoluto no presente; a pulverização das fronteiras do espaço e do tempo; a vida que se vive de um modo perigoso; a ação agressiva⁸¹.

3. A civilização da palavra e do número – uma síntese

Passado mais de um século sobre o premonitório texto futurista de Marinetti e a passos largos para o centenário do profético texto de Jünger sobre a mobilização da época, podemos dizer que se acentuou uma translação na cultura, das palavras para as imagens de produção tecnológica.

Conhecemos o regime da palavra. É de natureza argumentativa – utiliza meios para atingir fins. Procede por pensamentos ou ideias, que servem valores universais: o bem, o bom, o justo, o verdadeiro. Tem como instrumentos de conhecimento os conceitos e os raciocínios, visando um efeito persuasivo. Funda uma idade literária em que os grandes conceitos convocam um grande estilo. É assim com as grandes obras, sejam literárias, sejam artísticas. No regime da palavra, a criatividade é ideia, ensaio sobre o humano, é invenção de linguagem e de pensamento. E é também, acima de tudo, estilo, au-

⁸¹ O apelo é lançado em França, a partir de Itália. Portanto, é da Europa que se reclama. O heterónimo de Fernando Pessoa, Álvaro de Campos (1890-1935), também teve uma fase futurista, celebrando o triunfo da técnica e fazendo o elogio da civilização industrial, em a *Ode Marítima*, e sobretudo em a *Ode Triunfal*. Neste último poema, Álvaro de Campos exalta a “nova Revelação metálica e dinâmica de Deus”. Celebra, então, a beleza da “luz das grandes lâmpadas eléctricas da fábrica”, uma beleza “totalmente desconhecida dos antigos” (Pessoa, 1986, p. 878). Também canta, febril e apaixonado, “os maquinismos em fúria”, o “excesso contemporâneo” das máquinas, “os motores”, de “ferro, fogo e força”, “Rugindo, rangendo, ciciando, estrugindo, ferreando” (*Ibidem*). Celebra o presente, e nele, também o passado e o futuro, “Porque o presente é todo o passado e todo o futuro” (*Ibidem*). Também Álvaro de Campos exalta o poder de se exprimir “como um motor se exprime”, “Ser completo como uma máquina”, “Poder ir na vida triunfante como um automóvel último-modelo” (*Ibidem.*, p. 879). Nesta nova era, de “Horas europeias, produtoras, entaladas Entre maquinismos e afazeres úteis!” (*Ibidem*), também as massas não passaram despercebidas a Álvaro de Campos: “Hé-lá as ruas, hé-lá as praças, hé-lá-hô la foule! Tudo o que passa, tudo o que pára às monstas!” (*Ibidem*) [...] “Ó multidões quotidianas nem alegres nem tristes das ruas (...) Como eu vos amo a todos, porque sois assim, Nem imorais de tão baixos que sois, nem bons nem maus, Inatingíveis por todos os progressos, Fauna maravilhosa do fundo do mar da vida!” (*Ibidem.*, p. 883).

toria, expressividade, criação, invenção. Quando falamos de desenvolvimento, pensamos sobretudo no desenvolvimento humano, ou seja, no desenvolvimento cultural, social e cívico. E quando pensamos em crescimento é também, sobretudo, em crescimento humano que pensamos. No regime da palavra, a escola é a instituição por excelência, sendo a família uma escola de virtudes. Por sua vez, o principal ator social é o professor. Os pais também assumem a função de professores. E os média exercem uma pedagogia cívica. Por outro lado, no regime da palavra, somos mobilizados para o futuro, fundados no princípio teleológico, que abre uma idade da promessa. E inscrevemo-nos numa história da salvação, entre uma gênese e um apocalipse, com um imaginário social dramático, animado por uma síntese redentora. Porque controlada, sem perigos inesperados, a viagem humana assemelha-se então a uma passagem.

Diferente é, todavia, a civilização do número. De natureza tecnológica, utiliza meios, que não são justificados por um qualquer fim. Procede por medidas. Ao aliar tecnologia e ciência, funda a tecnociência. O seu regime é experimental e assenta na evidência. No regime do número, o valor mede-se em termos económico-financeiros, o que quer dizer, em termos de mercado. Os números servem *rankings* e estatísticas, servem a economia, ou seja, servem o crescimento económico-financeiro. Neste regime, a criatividade é a expressividade humana mobilizada tecnologicamente. O desenvolvimento é sobretudo o desenvolvimento económico. E o crescimento é da mesma ordem. A instituição de referência é a empresa. E os principais atores sociais são os economistas, os engenheiros, os gestores, os tecnocientistas. A atividade humana é, sempre, uma produção de bens e serviços, de base industrial ou comercial, pelo que bens, corpos e almas, uma vez convertidos em mercadoria, são, da mesma forma, produtos negociáveis. No regime do número, a mobilização humana faz-se para o presente, para a sua urgência, que é sempre a da necessidade de resposta às injunções do mercado. Os média têm um papel fundamental nesta mobilização. Mas exprimindo e aprofundando, cada vez mais, a passagem de uma utopia de comunidade a uma comunidade sem utopia, inscrevem-nos na crise permanente (Martins, 2002 b; 2003; 2004 a). Com a condição humana a não ser redimida por nenhuma superação das contradições, a situação é hoje de perigo. Neste regime, o imaginário social é trágico e a viagem humana é uma intérmina travessia (Martins, 2002 e).

4. A crise e o risco

Ao dar-se, no nosso tempo, a translação do regime da palavra para o regime do número, o humano entrou “em sofrimento de finalidade” (Lyotard, 1993, p. 93; Martins, 2002 d). Quero dizer, uma vez expulso do regime da palavra e sendo mobilizado tecnologicamente para o mercado (Martins, 2004 b; 2010), o humano fica marcado pela instabilidade e o desassossego, passando a ser identificado, cada vez mais, pelo seu caráter instável, sinuoso, viscoso, titubeante, labiríntico e enigmático.

O abandono do regime da palavra e a sua substituição pelo regime do número concretiza a atual cinética de um mundo, que passa do fundamento seguro, do território conhecido e da identidade estável, para a insegurança, o desconhecido e a instabilidade (Martins, 2005 b).

Sem garantias no caminho que nos leva ao outro, mas obrigados a fazer escolhas e a correr riscos, em ligações marcadas pela ambivalência, mais do que as ideias de projeto, plano de carreira, grandes objetivos e planificação da vida a longo prazo, ganham hoje importância em nós, o presente, as circunstâncias, o aleatório e as emoções. E da mesma forma, acentuam-se, mais do que no passado, a intensidade precária das relações, as variações dos sentimentos amorosos, as incoerências ideológicas e as mobilidades existenciais e profissionais.

A nossa situação é, hoje, de desconforto e mal-estar: os passos por onde vamos a caminho deixaram de poder apoiar-se em “rocha, cabo ou cais”, para falarmos como Sophia de Mello Breyner (1962), em *Procelária*, sendo antes passos incertos, ambivalentes e desassossegados, no permanente movimento de uma viagem de travessia sem fim.

E é este, igualmente, o contexto da viagem que a Universidade é convocada a fazer, da palavra para os números, uma travessia que aprofunda a sua crise em três sentidos: uma crise de hegemonia; uma crise de legitimidade e uma crise institucional (Santos, 1994, p. 163-201⁸²). Crise de hegemonia, porque o discurso científico é hoje considerado um discurso entre outros, não podendo mais erigir-se em tribunal da razão; crise de legitimidade, porque a universidade

⁸² A análise de Boaventura Sousa Santos é enquadrada exclusivamente pelo regime da palavra. Ignorando a imparável mobilização tecnológica do mundo ocidental, que altera irremediavelmente o curso da Universidade (a sua natureza, funções e práticas), o estudo intitula-se, significativamente, “Da ideia de universidade à universidade das ideias” (B. S. Santos, 1994).

já não promove suficientemente a desejada mobilidade social, sendo neste sentido cada vez mais limitado o seu contributo para a democratização do país; crise institucional, porque a universidade se mostra incapaz de responder à pressão crescente das exigências sociais (Martins, 2002 c; 2011 a, p. 146).

5. A Universidade: da palavra para os números ⁸³

Ao colocar a questão da natureza da condição académica, o meu ponto de vista retoma um debate introduzido, há quase um século, por Max Weber, em duas conferências que proferiu, uma em 1917, outra em 1919: “Wissenschaft als Beruf”; e “Politik als Beruf”⁸⁴. Mas o meu propósito é distinto, mesmo que formule as mesmas questões de Max Weber. Também faço recair a minha interrogação sobre a natureza da própria universidade, sobre a profissão académica, assim como sobre a sua vocação e missão. Também pergunto, o que é, hoje, a universidade? Que forças a atravessam? Que abalos tem sofrido? A que ameaças está sujeita? Que contradições são as suas? Com que exigências se confronta? Que respostas têm que ser as suas, diante dos desafios da época?⁸⁵

Mas o meu propósito é o de interrogar a subversão da natureza da Universidade, que do regime da palavra, um regime argumentativo, no seio do qual nasceu, entre o século XI e o século XIII, se deslocou para o atual regime dos números, um regime assente na medida e estabelecido pela mobilização tecnológica da nossa época.

Na Idade Média, ainda o ensino se organizava em função da distinção entre o *trivium*, que se ocupava da gramática, da retórica e da dialética, e o *quadrivium*, que compreendia a aritmética, a geome-

⁸³ O desenvolvimento deste tópico retoma, em vários pontos, uma linha de pensamento seguida em dois estudos, que fiz em 2015: por um lado, o artigo que publiquei na revista *Comunicação e Sociedade*, intitulado “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015 a), e por outro lado, parte da argumentação do capítulo de livro “Média digitais e lusofonia”, que publiquei na obra *Lusofonia e Interculturalidade. Promessa e Travessia* (Martins, 2015 b, p. 37-43).

⁸⁴ Estas conferências foram reunidas na obra de Max Weber, *Le savant et le politique [O homem de estudos e o político]*, com introdução de Raymond Aron. Teve a primeira edição em 1959, na revista *Recherches en Sciences Humaines*, publicada pela Librairie Plon. A edição que consultei é da Union Générale d’Éditions, Plon, Col. 10/18. As conferências aparecem como capítulos deste livro, com as seguintes designações: “A profissão e a vocação do homem de estudos” e “A profissão e a vocação do homem político”.

⁸⁵ Sobre todas estas questões, consultar Martins, 2015 a: “A liberdade académica e os seus inimigos”.

tria, a música e a astronomia. Esta separação entre *trivium* e *quadrivium* significa que, em termos gerais, se mantinha a velha distinção entre as palavras, remédio para as crises culturais, e os números, remédio para as crises naturais.

Esta mundividência, que faz das palavras o *pharmakon* das calamidades culturais e dos números o *pharmakon* das calamidades naturais, começa a alterar-se na Europa, nos séculos XV e XVI, com o Renascimento português⁸⁶. Fazendo já um caminho das palavras para os algarismos e a medida, ao matematizar a natureza, o Renascimento português do século XV e XVI é, de um modo geral e ao contrário do Renascimento do centro da Europa, um renascimento “não humanista” (Carvalho, 1974, p. 39-40), baseado na experiência: “Vi, claramente visto”, “Eu o vi certamente”, como proclama Camões em *Os Lusíadas* (Canto V, estrofes 18 e 19)⁸⁷.

Os navegadores portugueses inscrevem-se no movimento de *matematização do real*, que prepara a revolução de Galileu, Descartes e

⁸⁶ Adoto a tese clássica de Georges Lefebvre (1971, p. 53), que considera “as grandes descobertas” como o facto essencial do Renascimento. Mas tenho sobretudo em atenção a obra de Henrique Leitão (2009), um físico teórico, que se tornou historiador da ciência, na obra *Os Descobrimentos Portugueses e a Ciência Europeia*, onde se confirma que a expansão marítima europeia (portuguesa, espanhola, holandesa e inglesa) foi, talvez, a maior transformação política, social, administrativa e económica dos séculos XV e XVI. E muito particularmente, saliento dois artigos de Henrique Leitão, publicados em parceria com Joaquim Alves Gaspar, na revista *Imago Mundi*, em 2014, sobre a contribuição decisiva dos estudos portugueses de matemática e cartografia (muito particularmente de Pedro Nunes, em 1537), para a criação da *Tabela de Rumos*, instrumento matemático usado por Mercator para a projecção cilíndrica do globo terrestre, em 1569.

⁸⁷ Numa outra fórmula, de Joaquim Barradas de Carvalho, o Renascimento português é um “experencialismo”, “que exclui o Humanismo” (Carvalho, 1974, p. 28). Para *Os Lusíadas*, seguimos a edição de 1963 das Obras Completas de Camões, com organização, introdução, comentários e anotações de António Salgado Júnior (Rio de Janeiro: Aguilar Editora). É discutível, todavia, a ideia de o renascimento português dispensar o humanismo. Vemos, por exemplo, que o grande matemático, Francisco de Melo (1490-1536), da geração imediatamente anterior a Pedro Nunes, escreveu as suas obras em latim. Em contrapartida, parece obter maior consenso a articulação entre conhecimento científico e técnicas de marear. Luís Filipe Barreto (1983; 1986) retoma esta ideia de que os portugueses promoveram um conhecimento ‘experencialista’, prático, ligado à observação e aos sentidos. No entanto, em seu entender, uma tal ideia de conhecimento, embora se tenha afastado, em diferentes graus de profundidade, do paradigma medieval, de modo nenhum seria ‘experimentalista’. Segundo Barreto, a revolução científica moderna significa a desconfiança relativamente aos sentidos, num movimento de matematização do real. E teria sido Galileu a iniciar esse movimento de superação daquilo que Barreto considera como a ingenuidade empiricista dos primeiros descobridores portugueses. Já o referi, todavia, não é esta a ideia que ultimamente se tem consensualizado na comunidade científica. Os recentes estudos sobre a expansão marítima portuguesa (Leitão, 2009; e Leitão e Gaspar, 2014a e 2014b) demonstraram que, no século XVI, os debates europeus sobre as questões científicas ligadas à modernidade passavam todos por Portugal.

Newton (Carvalho, *Ibid.*, p. 45 e 46). Com efeito, a literatura de viagens e a literatura científica, dos séculos XV e XVI, em Portugal, ao mesmo tempo que aceleravam o processo de generalização dos números árabes (Carvalho, 1981, p. 45-102), colocam uma questão à natureza, confrontando-a com a sua medida. Tratava-se de uma literatura de homens práticos (de capitães de navios e de comerciantes), que apenas se baseava nos antigos, Gregos e Romanos, para os refutar, corrigir e ultrapassar, em nome da experiência e da experimentação (Carvalho, *Ibid.*, p. 103-196)⁸⁸. O navegador e cosmógrafo, Duarte Pacheco Pereira, que fez a primeira viagem ao Brasil, em 1498, e escreveu o *Esmeraldo de Situ Orbis*, entre 1505 e 1508; o militar, marinheiro e cartógrafo, D. João de Castro, que escreveu o *Tratado da Esfera*, de 1545 a 1548; o cosmógrafo, Pedro Nunes, que era então o principal matemático da Península Ibérica; o naturalista, médico e farmacólogo, Garcia de Orta, que publicou em Goa, em 1563, *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, são as figuras de proa desta revolução na Europa, que fez a conexão das técnicas (de navegação) com as ciências⁸⁹.

⁸⁸ Entende Henrique Leitão que o problema português de História da Ciência reside no facto de ela não ter sido bem feita. Por um lado, os historiadores da ciência recorreram, sobretudo, a filósofos, literatos e humanistas, e não aos portugueses renascentistas que tenham sido homens de ciência. Com efeito, “para analisar o progresso na matemática, física, astronomia ou química era preciso ter conhecimentos técnicos nestas áreas”; e os historiadores não tinham (Leitão, em entrevista ao *Expresso*, n. 2199, *Atual*, 20 de dezembro de 2014). Por outro lado, os mesmos historiadores têm descrito o desenvolvimento das ciências no Portugal renascentista como momentos *ex nihilo*, não o inscrevendo na tradição científica anterior, que desembocou na expansão marítima. Por exemplo, as tradicionais descrições sobre o desenvolvimento da matemática em Portugal, por regra, começam com Pedro Nunes. E todavia Pedro Nunes inscreve-se já numa tradição notável, desconhecida até há pouco tempo. Da geração imediatamente anterior a Pedro Nunes, temos, com efeito, o notável matemático Francisco de Melo, de quem Henrique Leitão e Bernardo Mota (2014) publicaram recentemente o primeiro volume *Francisco de Melo: Obras Matemáticas*. Mas de uma geração anterior a Francisco de Melo, existiu ainda o grande matemático Álvaro Tomás.

Confira-se, sobre estes assuntos, a entrevista de Henrique Leitão ao *Expresso*, acabada de citar.

⁸⁹ A este propósito, Joaquim Barradas de Carvalho dá como exemplo a relação próxima que D. João de Castro manteve com Pedro Nunes, em clara oposição ao que acontecia na Europa por essa época, como assinala, convocando o historiador Frédéric Mauro: “a técnica permanece distante da ciência”; “a ciência e a técnica ainda se não reuniram” (Carvalho, 1974, p. 39-40). Também Henrique Leitão explica o aparecimento da ciência moderna como o resultado de um processo de confluência entre níveis eruditos da ciência e prática artesanal técnica (entrevista ao *Expresso*). A proposta de Henrique Leitão contrária, aliás, a ideia de que a interpretação da história deva centrar-se nas figuras de proa. Em seu entender, a modernidade científica tem a ver com transformações que envolvem toda a sociedade. Por essa razão, interessa à historiografia da ciência «o trabalho de artesãos, os desenvolvimentos tecnológicos à volta das indústrias, o modo como níveis menos educados da população participam neste processo» (*Ibidem*).

Foi, com efeito, em Portugal e em Espanha que se registaram pela primeira vez os primeiros grandes fenómenos de acumulação de dados sobre o mundo natural, a uma escala planetária, não só na cartografia, mas também na botânica, zoologia, medicina, geologia, meteorologia. Assim como apareceram instituições para gerir toda esta informação, num processo que depois alastrou a toda a Europa.

Fazendo uma transposição de séculos, pergunto: não é possível dizer que a partir da *navegação* eletrónica se está a passar qualquer coisa de semelhante à descoberta do Novo Mundo, a modelação de uma cultura totalmente diferente da cultura que marcou a modernidade, com clara influência nas perceções, nos modos de vida e nos imaginários sociais?

Relembro, neste contexto, a conferência de Heidegger (2001, p. 31), pronunciada em 1953, sobre “A questão da técnica” (*Die Frage nach der Technik*). Embora o filósofo alemão considerasse a técnica como o perigo, argumentou com o verso de Hölderlin, mas «Lá onde está o perigo cresce também o que salva»⁹⁰. É essa a razão pela qual me parece virtuosa a figura da *circum-navegação*, utilizada por Stéphane Hugon (2010) para pensar a travessia da nossa experiência tecnológica, que é a experiência contemporânea por excelência⁹¹.

À semelhança da época dos Descobrimentos e da Expansão, o homem contemporâneo faz hoje, através da tecnologia, uma travessia, deslocando-se da cultura do uno para a cultura do múltiplo. O encontro entre culturas, que compreende as fases do encantamento, da assimilação e da dominação, teve contra si os muitos demónios da cultura do uno que fez o Ocidente, uma cultura logocêntrica, etnocêntrica, imperialista e colonialista. Em todo o tempo, a cultura do uno fez-se acompanhar pela exclusão, pela assimilação e pela

⁹⁰ Para Heidegger, o perigo radicava na representação instrumental da técnica. Na realidade, conclui Heidegger (2001, p. 35), «enquanto representarmos a técnica como um instrumento, ficaremos presos à vontade de querer dominá-la», passando todo o nosso empenho para fora da sua essência.

⁹¹ No texto que reproduz a sua tese de doutoramento e que publicou em 2010, com o título *Circumnavigations. L'imaginaire du voyage dans l'expérience Internet*, Stéphane Hugon convoca o ponto de vista de “uma sociologia dos espaços eletrónicos” e interroga, entre outros aspetos, “uma cultura da deambulação”, “uma genealogia da deriva”, “o que significa habitar”, “o que é uma paisagem” e, ainda, “a dinâmica comunitária”.

destruição da diferença⁹². Aliás, a exclusão (pela excomunhão) foi um dos demónios que mais assediaram a tradição judaico-cristã. Com efeito, o exclusivismo da *sun/bolé* (uma imagem que reúne) sempre foi brandido na história contra a *dial/bolé* (uma imagem que separa). Mas não foi menos excludente a tradição greco-latina, que sobrepõe o *logos* (instância soberana de decisão) ao *pathos* e ao *ethos*.

Em contrapartida, a cultura do múltiplo, da diferença e da mistura, uma cultura do fragmentário e da hibridiz, aberta pela nova era tecnológica, pode permitir a reabertura das rotas da comunicação intercultural, que a cultura do uno havia fechado. A era tecnológica pode figurar caminhos que apontem para relações multi, inter e transculturais, com a possibilidade de serem construídas “comunidades imaginativas”, no seio das comunidades transculturais do nosso tempo pós-colonial, entre as quais se encontra a comunidade lusófona (Martins, 2011 a; 2011 b; 2014; 2015 b).

A experiência da tecnologia eletrónica veio substituir a *passagem* pela *travessia*⁹³. Podemos fazer a passagem de um rio. Nas passagens esperamos uma viagem sem sobressalto, tranquila, que não envolva grandes obstáculos a transpor. Nelas existe a habitualidade de um caminho conhecido. Coisa diferente é, todavia, a experiência da travessia de um oceano, por exemplo, que nos coloca em sobressalto perma-

⁹² Veja-se, por exemplo, Todorov (1991), em *A Conquista da América*. Ao refletir sobre a questão da alteridade no encontro com o outro civilizacional, Todorov interroga a lógica das interdependências, que se exercem a três níveis: axiológico, praxiológico e epistémico. O nível axiológico das interdependências prende-se com os juízos de valor que temos sobre o outro. No nível praxiológico colocam-se as práticas concretas de assimilação, submissão ou indiferença, relativamente ao outro. Por sua vez, o conhecimento que temos sobre a identidade do outro caracteriza o nível epistémico.

Adotando um ponto de vista enquadrado pela comunicação intercultural, Todorov contraria a lógica da cultura da unidade, a que obedeceu a expansão marítima ocidental. Nesta lógica, que desconhece (ou omite) os processos comunicacionais de segregação, dominação e tomada de poder, «o território, ou melhor, o mundo era uno; a Igreja era uma; o Estado era uno; a família era uma; a história era igualmente uma, e ainda por cima declinava uma narrativa da salvação; enfim, a verdade era única e eterna» (Martins, 2014: 18).

Sobre a ideia de “diversidade do mundo”, com que se confrontou a expansão marítima europeia, assim como sobre a questão da alteridade no encontro com o outro civilizacional, ver Martins (2014), especificamente “culturas da unidade e culturas da mistura” (p. 16-24).

⁹³ Tomo de João Guimarães Rosa (2001) o conceito de travessia, por si associado a uma viagem particularmente perigosa: «O senhor vê: existe cachoeira; e pois? Mas cachoeira é barranco de chão, e água se caindo por ele, retombando; o senhor consome essa água, ou desfaz o barranco, sobra cachoeira alguma? Viver é negócio muito perigoso» (p. 26); «Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?» (p. 51).

nente, dada a novidade e a perigosidade. A *circum-navegação* assinala classicamente a experiência da travessia de oceanos e da ultrapassagem do limite estabelecido, de mares, terras e conhecimentos.

Fazendo uma viagem de quase mil anos, a Universidade cumpre, hoje, também, uma travessia. Nascida no regime da palavra, um regime argumentativo, deu origem a uma idade literária. Vivendo da função autor e com um imaginário dramático, fundou uma era em que a criatividade foi ideia, ensaio, estilo, e pôde apresentar-nos, sempre, ao longo dos séculos, uma solução para as crises do humano.

Em contrapartida, com a mobilização tecnológica do humano e a concentração no valor económico-financeiro de todas as coisas, a palavra entrou em declínio. E a Universidade com ela. Ao apoiar-se exclusivamente na medida, no método experimental e na evidência, e abrindo a era da tecnociência, o regime numérico declina um imaginário trágico, não apresentando soluções para a crise do humano, nem dando garantias de construção de comunidades imaginativas.

A travessia que a Universidade está hoje convocada a fazer, uma transferência de regime, da palavra para o número, não pode deixar de ser considerada uma viagem perigosa. Quem habita a Universidade não é mais o “animal da promessa”, a que se referiu Nietzsche ao caracterizar o humano, mas o animal em “sofrimento de finalidade”, de que falou Lyotard (1993). O *logos* que lhe deu origem, uma palavra que também era razão, direção e sentido, foi substituído pelos números. E assim, da identidade una da palavra, que na Universidade instaurou um regime fundado na analogia, a Universidade viu estabelecer-se dentro das suas portas um regime digital, que nos números cultua a multiplicidade e a diferença. Os instrumentos, que na Universidade serviam valores fundados, foram substituídos por instrumentos, sem outra finalidade que não seja autotélica (Agamben, 1995). O pensamento e as ideias, um regime de liberdade irrestrita, de “liberdade incondicional”, como refere Derrida (2001, p. 11), que na Universidade autorizavam e abriam a dimensão do futuro, cederam o passo à urgência e às injunções do presente⁹⁴. Da segurança de um fundamento, de um território co-

⁹⁴ Segundo Derrida (2001, p. 21), a universidade deve ser encarada como um lugar de “liberdade incondicional”. Porque lhe cabe fazer do ensino e da ciência uma ideia, que encarne “um princípio de resistência” e “uma força de dissidência” (*Ibid.*, p. 20), ambos comandados por “uma justiça do pensamento” (*Ibid.*, p. 21).

nhecido e de uma identidade estável, a Universidade passou a viver a instabilidade e o desassossego de um percurso incerto, sinuoso e errático. A Universidade passou a coisa indefinida.

Nesta inquietante travessia são de assinalar, entretanto, duas direções complementares.

Por um lado, ao ser mobilizada tecnologicamente para o mercado, a Universidade rompe o pacto com o pensamento, entroniza a medida e o método experimental, passa a servir as estatísticas, os *rankings* e os rácios, converte a imagem num recurso de gestão estratégica e corre atrás da visibilidade pública. Impõe-se, entretanto, procedimentos corretivos e ortopédicos e organiza-se de acordo com as injunções da “excelência” e a “qualidade”, que outra coisa não são que a competitividade, a eficiência, a relevância, o empreendedorismo, a empregabilidade, o desenvolvimento económico, a criação de emprego e o inglês como língua única de ciência.

Por outro lado, é agora a ideologia comercial que lhe enfuna as velas, com a ideia de *marketing* aplicada ao sistema de educação. E como consequência, a Universidade converte-se em empresa; a educação vende-se como serviços; o ensino e a investigação são projetados como oportunidades de negócio; os professores moldam-se a uma condição de profissionais de serviços e de consultores; e os estudantes passam à situação de clientes (Martins, 1993 a; 2002 c; 2013; 2015 a)⁹⁵.

6. Nota conclusiva

Para concluir o meu ponto de vista, regresso à ideia de comunidade imaginativa, que resulta do atual movimento de aparelhamento tecnológico da cultura. Com efeito, a atual cinética do mundo supõe a utilização de uma mediação tecnológica nos processos coletivos de configuração e construção identitárias, e também de tecelagem e produção de memórias sociais (Martins, 2012; 2015 b). É através deste processo de mediação que se exprime, cada vez

⁹⁵ No estudo que publiquei na revista *Comunicação e Sociedade*, em 2015, e que intitulei “A liberdade académica e os seus inimigos”, são bastante mais desenvolvidos estes dois aspetos da transformação da Universidade, da palavra para os números, por um lado, a sua mobilização tecnológica para o mercado, por outro, o alastramento da ideologia empresarial e comercial (Martins, 2015 a, p. 409-414).

mais, a vida das comunidades ocidentais, por natureza multiculturais, interculturais e transculturais. Podemos falar, nestas circunstâncias, de uma galáxia de fluxos, ressonâncias, ritmos, cadências, sonoridades, durações, vibrações, que impedem as comunidades humanas de se fixarem em coisa definida, ou seja, definitiva, para se abrirem ao desenho de transfigurações “mitopoéticas” de novas possibilidades de futuro (Derrida, 1967, p. 418 s)⁹⁶.

Pensando no novo contexto universitário, relembro Thomas Kuhn. Ao refletir sobre as descobertas científicas e tecnológicas, Kuhn pôde mostrar-nos de que modo tais descobertas constituíram a causa e o efeito daquilo a que chamamos paradigma. Em sentido estrito, podemos compreender o paradigma como uma matriz, que permite a eclosão de uma vida nova. E a vida nova que se encontra nos dias de hoje em gestação no Ocidente é exatamente aquilo a que chamamos cibercultura. Neste paradigma torna-se visível a hibridade do tempo, onde a energia das máquinas e as emoções dos homens se misturam como numa amálgama. E o ciberespaço, enquanto ambiente de produção informática, tanto constitui a viagem que esperamos fazer, como o oceano em que importa navegar.

A situação em que a comunidade se encontra é de perigo. E naturalmente que o perigo espreita, também, a Universidade. Mas é de esperar que nesta travessia cresça, igualmente, o que a possa salvar.

Referências bibliográficas

Agamben, G. (1995). *Moyens sans fin. Notes sur la politique*. Paris: Payot & Rivages.

Aristóteles (1998). *Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre Jú-

⁹⁶A mediação tecnológica, que está na base do processo coletivo de configuração e construção identitárias, e também de tecelagem e produção de memórias sociais, tanto compreende, por exemplo, *posts* em blogs e em redes sociais (que retomam vídeos, filmes, fotografias, cartazes e textos), como compreende novas formas de comunicação digital interativa (que convocam a programação e o *design*), como compreende, ainda, novas e multimodais textualidades (“hipertextualidades”). Em todos estes casos, trata-se de uma atividade lúdica, que podemos apelar de *bricolage*, retomando o termo utilizado por Lévi-Strauss para caracterizar o processo narrativo que constitui o mito. É a esta atividade lúdica, coletiva, de construção identitária e de produção de memórias, que Derrida (1967, p. 418-419) chama “mitopoética”. Consultar, também, sobre este assunto, o artigo que escrevi na *Revista de Comunicação e Linguagens*, intitulado “Média digitais: hibridade, interactividade, multimodalidade” (Martins, 2012).

nior. Tradução do grego e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: INCM.

Barthes, R. (1976). *Théorie du texte*. *Encyclopaedia Universalis*, vol. 15, pp. 1013-1017.

Barthes, R. (1970). "L'ancienne rhétorique". *Communications*, n. 16. Paris, pp. 172-229.

Barreto, L. F. (1983). *Descobrimientos e Renascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Barreto, L. F. (1986). *Caminhos do Saber no Renascimento Português*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Borges, J. L. (1998) [1969]. *The Unending Gift*. In *Elogio da sombra. Obras Completas (1952-1972)*, II. Lisboa: Teorema.

Camões, L. de (1963). *Os Lusíadas*. In *Obras Completas* (p. 1-264). Organização, introdução, comentários e anotações de António Salgado Júnior. Rio de Janeiro: Aguilar Editora.

Carvalho, J. B. (1981). *Portugal e as Origens do Mundo Moderno*. Lisboa: Livros Horizonte.

Carvalho, J. B. (1974). *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico*. Lisboa: Livros Horizonte.

Derrida, J. (2001). *L'Université sans Condition*. Paris: Galilée.

Derrida, J. (1972). *La Dissémination*. Paris: Seuil.

Derrida, J. (1967). "La structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines" (pp. 409-428). In *L'écriture de la différence*. Paris: Seuil.

Guimarães Rosa, J. (2001) [1967] *O Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Heidegger, M. (2002) [1954]. *A questão da técnica*. In *Ensaio e Conferências* (pp. 11- 38). Petrópolis: Ed. Vozes.

Hugon, S. (2010). *Circumnavigations. L'Imaginaire du voyage dans l'expérience Internet*. Paris: CNRS Éditions.

Jünger, E. (1990) [1930]. *La Mobilisation Totale*. In *L'État Universel - suivi de La Mobilisation Totale*. Paris: Gallimard.

Lefebvre, G. (1971). *La Naissance de l'Historiographie Moderne*. Nouvelle Bibliothèque Scientifique, dirigida por Fernand Braudel. Paris: Flammarion.

Leitão, H. (2014). Entrevista ao *Expresso*, n. 2199, *Atual*, 20 de dezembro.

Leitão, H. (2009). *Os Descobrimientos Portugueses e a Ciência Europeia*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Leitão, H. & Gaspar, J. A. (2014 a). "Squaring the circle: How Mercator constructed his projection in 1569". *Imago Mundi*, n. 66, pp. 1-24.

Leitão, H. & Gaspar, J. A. (2014b). "Globes, rhumb tables and the pre-history of the Mercator projection". *Imago Mundi*, n. 66, pp. 180-195.

Liotard, Fr. (1993). *Moralités post-modernes*. Paris : Minuit.

Marinetti, F. T. (1973). *Manifesti Futuristi*. In Luciano De Maria (Ed.). *Tommaso Marinetti e il Futurismo*, classici moderni, collezione Oscar, Mondadori spa Milano. (Ed. original: Figaro, 20 de fevereiro de 1909). http://www.classicalitaliani.it/futurismo/manifesti/marinetti_fondazione.htm (consultado a 10 de outubro de 2015).

Martins, M. L. (2015 a). "A liberdade académica e os seus inimigos". *Comunicação e Sociedade*, n. 27 (pp. 405-420). Braga, CECS, Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/36695>

Martins, M. L. (2015 b). Média digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.). *Lusofonia e Multiculturalismo. Promessa e Travessia* (pp. 27-56). Famalicão: Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/39698>

Martins, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC. <http://hdl.handle.net/1822/29178>

Martins, M. L. (2013). Interview with Moisés de Lemos Martins. In Pinto-Coelho, Z. & Carvalho, A. (Eds.) *Academics Responding to Discourses of Crisis in Higher Education and Research* (pp. 61-72) Braga: CECS, Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/29224>

Martins, M. L. (2012). "Média digitais: hibridez, interactividade, multimodalidade". *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43/44 (pp. 49-60). Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens. <http://hdl.handle.net/1822/25606>

Martins, M. L. (2011 a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio. <http://hdl.handle.net/1822/29167>

Martins, M. L. (2011 b). "Médias et Mélancolie – Le Tragique, le Baroque et le Grotesque". *Sociétés*, n. 111 (pp. 17-25). Bruxelles: De Boeck. <http://hdl.handle.net/1822/23866>

Martins, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In Cl. Alvares & M. J. Damásio (Org.). *Teorias e práticas dos media: situando o local no global* (pp. 267-279). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. <http://hdl.handle.net/1822/24250>

Martins, M. L. (2009). "Ce que peuvent les images. Trajet de l'un

au multiple". *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, n. 1 (pp. 158-162). Paris, CNRS. <http://hdl.handle.net/1822/24132>

Martins, M. L. (2008). Comunicação e Cidadania. In M. L. Martins & M. Pinto (Orgs.). *Comunicação e Cidadania* (pp. 19-25). Actas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 6 - 8 Setembro 2007. Braga: CECS, Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/25364>

Martins, M. L. (2007). "Nota introdutória. A época e as suas ideias". *Comunicação e Sociedade*, n. 12 (pp. 5-7). CECS, Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/24115>

Martins, M. L. (2005 a). "Espaço público e vida privada". *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 27 (pp. 157-172). Universidade de Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos. <http://hdl.handle.net/1822/23799>

Martins, M. L. (2005 b). A razão comunicativa nas sociedades avançadas. In *Rumos da Sociedade da Comunicação* (pp. 51-57). II Congresso da Sopcom. Lisboa: Vega. <http://hdl.handle.net/1822/25337>

Martins, M. L. (2004 a). *Da utopia da comunicação à comunicação sem utopia. Metamorfoses no sistema e nas relações de comunicação nos últimos trinta anos em Portugal* (pp. 1-12). Comunicação ao V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia. Braga, CECS, Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/1082>

Martins, M. L. (2004 b). *As Ciências Sociais e a política científica* (pp. 1-5). Comunicação ao V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia. Braga, CECS, Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/1059>

Martins, M. L. (2003). "O quotidiano e os media". *Todas as Letras*, n. 5 (pp. 97-105). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. <http://hdl.handle.net/1822/1064>

Martins, M. L. (2002 a). *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Martins, M. L. (2002 b). "O Trágico como imaginário da era mediática". *Comunicação e Sociedade*, n. 4 (pp. 73-79). CECS, Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/25340>

Martins, M. L. (2002 c). *Ensino Superior e Melancolia*. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Oração de Sapiência. <http://hdl.handle.net/1822/1288>

Martins, M. L. (2002 d). "De animais da promessa a animais em sofrimento de finalidade". *O Escritor*, n. 18-20 (pp. 351-354). Lisboa,

Associação Portuguesa de Escritores. <http://hdl.handle.net/1822/1676>

Martins, M. L. (2002 e). "O trágico na modernidade". *Interact - Revista Online de Arte, Cultura e Tecnologia*, n. 5. Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagem. <http://hdl.handle.net/1822/1087>

Martins, M. L. (1988 a). A análise retórico-argumentativa do discurso. In A. Esteves & J. Azevedo (Org.) *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais* (pp. 115-132). Instituto de Sociologia, Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/1822/23862>

Martins, M. L. (1998 b). "A biblioteca de Babel e a árvore de conhecimento". *O Escritor*, n. 11/12 (pp. 235-240). Lisboa, Associação Portuguesa de Escritores. <http://hdl.handle.net/1822/30068>

Martins, M. L. (1993 a). "As incertezas da nossa modernidade e o impasse universitário". *Cadernos do Noroeste*, vol. 6 (pp. 341-348). Braga, Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/25330>

Martins, M. L. (1993 b). "A epistemologia do saber quotidiano". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 37 (pp. 79-100). Coimbra: CES. <http://hdl.handle.net/1822/24114>

Martins, M. L. & Correia, M. L. (Org.) (2014). *Do Post ao Postal*. Famalicão, Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/35295>

Mota, B. e Leitão, H. (2014). *Francisco de Melo: Obras Matemáticas*. Vol. I: Texto Latino e Tradução. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos e Biblioteca Nacional de Portugal.

Pessoa, F. (1986). *Poesia de Álvaro de Campos: Ode Marítima* [1915 ?] (pp. 891-921); *Ode Triunfal* [1914] (p. 878-885). In *Obra Poética e em Prosa*, Vol. I. Porto, Lello & Irmão - Editores.

Plantin, Ch. (1996). *L'argumentation*. Paris, Seuil (Col. Mémo, n. 23).

Ricoeur, P. (1970). Qu'est-ce qu'un texte? In R. Bubner *et al.* (Ed.) *Hermeneutik und Dialektik* (pp. 181-200), II. Tübingen.

Santos, B. S. (1994). Da ideia de universidade à universidade de ideias. In *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade* (pp. 163-201). Porto: Afrontamento. [1989, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 27/28, pp. 11-62].

Sophia de Mello Breyner (1962). Procelária. In *Poesias do livro de Geografia* (I, II, III). www.maricell.com.br/sophiandresen/sophia17.htm

Todorov, T. (1991). *A Conquista da América. A Questão do Outro* (3.ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Weber, M. (1974) [1959]. *Le savant et le politique*. Paris: Union Générale d'Éditions, Plon, col. 10/18.